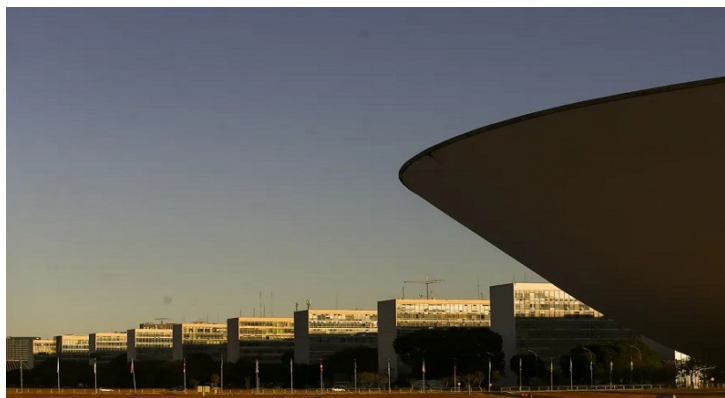




Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VIII - Nº 3247 02/12/2025

CONDSEF DIVULGA AVALIAÇÃO PRELIMINAR DO NOVO PROJETO DE LEI DE GESTÃO DE PESSOAS DO GOVERNO



A Condsef/Fenadsef divulgou, nesta segunda-feira (1º), uma avaliação preliminar sobre o novo Projeto de Lei (PL) de Gestão de Pessoas do Poder Executivo Federal, encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional. O documento reúne 24 pontos relacionados à modernização administrativa, reestruturação de carreiras, criação de cargos, transformação de funções e organização do quadro de servidores federais.

Entre os itens apresentados, um dos principais é a criação da nova carreira transversal denominada Analista Técnico do Poder Executivo (ATPE), que pretende reunir diversos cargos de nível superior e técnico, como administradores, contadores, analistas administrativos, bibliotecários, técnicos em comunicação, assistentes técnicos e outros profissionais que hoje estão dispersos em quadros distintos. A proposta prevê uma reorganização para que tais categorias passem a ter uma trilha profissional mais estruturada.

Pontos positivos reconhecidos pela Condsef

A proposta da carreira ATPE representa uma oportunidade de valorização para diversas categorias técnicas e administrativas historicamente relegadas a quadros sem perspectiva de ascensão funcional. O PL abre a possibilidade de corrigir distorções históricas, como quadros desestruturados, carreiras que ficaram mais de quinze anos sem progressionar adequadamente e funções que foram esvaziadas

pela ausência de concursos.

A amplitude do documento mostra que o governo está disposto a discutir a recomposição da força de trabalho e enfrentar gargalos estruturais, ainda que de forma gradual. Ao centralizar regras em um único projeto, o governo dá mais transparência ao processo e facilita a cobrança das entidades sindicais.

Pontos a melhorar

A Condsef afirma que o texto ainda não resolve questões fundamentais e que a proposta não pode ser vista como solução definitiva para o serviço público. Entre as preocupações levantadas estão o fato de que a carreira transversal não substitui a necessidade de planos de carreira específicos, que considerem as particularidades de cada área.

Ainda, o projeto pode gerar insegurança caso a regulamentação futura fique muito aberta, deixando espaço para interpretações que desvalorizem os servidores. A proposta também não contempla ainda demandas essenciais, como a valorização expressiva dos salários, ampliação de benefícios ou reorganização de carreiras específicas, incluindo as vinculadas à Funasa, Dnocs, Cultura, áreas ambientais e setores que seguem com forte defasagem de pessoal.

PL é avanço, mas não é garantia

A avaliação preliminar ressalta que, embora o governo tenha avançado, o PL não resolve, por si só, a defasagem salarial acumulada, nem substitui a luta por concursos, benefícios adequados, melhoria da insalubridade, valorização de carreiras específicas e garantia de condições dignas de trabalho.

A importância das mobilizações

A Condsef também lembrou que foi apenas através da mobilização nacional dos servidores, greves amplas, paralisações de 24h e 48h, atos no MGI, marchas em Brasília e ações coordenadas em dezenas de estados, que o governo se viu obrigado a apresentar um projeto de gestão de pessoas mais robusto. Portanto, o movimento sindical precisa permanecer em alerta nesta nova fase.



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos
Jornalistas: Letícia Alves e Junior Tavares (5050/CE)
Estagiária de Comunicação: Luanna Moura

#EMDEFESADAVIDA #EMDEFESADOSERVIÇOPÚBLICO